

Efeitos da crise mundial no crescimento brasileiro

» JOSÉ MATIAS-PEREIRA

Economista, advogado, doutor em ciência política (UCM-Espanha), pós-doutor em administração pela FEA/USP, professor-pesquisador associado do programa de pós-graduação em contabilidade da Universidade de Brasília

Os efeitos colaterais da crise financeira e econômica global, que eclodiu com intensidade nos Estados Unidos (EUA), a partir de dezembro de 2007, continuam repercutindo na maioria dos países, em maior ou menor intensidade. Estudos e indicadores econômicos e sociais divulgados no fim de 2010 e início de 2011 por diferentes instituições multilaterais e órgãos de pesquisa econômica e de estatística nacionais (Banco Mundial, FMI, OCDE, IBGE, BC) revelam que grande parcela desses países ainda apresenta problemas de crescimento e de deterioração nos mercados de trabalho, apesar dos esforços dos governos para amenizar a desaceleração das economias.

Deve-se observar, inicialmente, que o forte crescimento de 7,5% do PIB do Brasil em 2010 teve como base de comparação o crescimento negativo da economia em 2009. A arrecadação de tributos pelo Estado brasileiro, por sua vez, manteve-se no patamar de 34% do PIB naquele ano.

A produção brasileira em 2011, em particular da indústria, deverá ser bastante fraca em comparação com o desempenho de 2010. Recorde-se que, em 2009, o PIB da indústria caiu 5,5%, enquanto em 2010 teve alta de 10,1%. Entretanto,

caso ocorra uma expansão de 4,5% do PIB em 2011, os riscos de elevação da inflação estarão presentes em 2011 e 2012.

O Brasil — considerando que o cenário mundial favorável, que beneficiou o país no período de 2003 a 2008, não existe mais — deve se preparar adequadamente para enfrentar as turbulências externas, além de buscar ampliar o mercado interno.

Registre-se que a condução da política econômica brasileira se apresenta bastante complexa, pois vai além da preocupação com a maximização do emprego e da estabilidade do valor da moeda. Nela também estão incluídas a proteção social, a diminuição do nível da pobreza e das desigualdades de renda pessoais, a redução dos desequilíbrios regionais, entre outros.

As alterações significativas em curso no cenário global mostram que é preciso rever a crença no acerto da atual política fiscal e monetária. Faz-se necessário, na condução da política monetária, a redução gradativa das taxas de juros. Isso vai exigir que o Banco Central (BC), em que pesem às incertezas no cenário externo, assuma postura menos conservadora nas decisões futuras.

Recorde-se que o Brasil, na contramão da economia mundial, no auge da crise global em 2009,

em vez de reduzir drasticamente as taxas de juros, como fizeram as principais economias, continuou praticando uma das maiores taxas de juros do mundo. Esse cenário não se alterou neste começo do governo Dilma — a taxa Selic encontra-se em 11,75% ao ano.

Podemos concluir, diante do novo contexto, que é essencial que o governo brasileiro procure ajustar a política econômica em vigor, utilizando com maior intensidade a política fiscal e reduzindo a importância da política monetária.

Esse esforço irá exigir o aprofundamento dos cortes nos gastos correntes do setor público, a definição dos investimentos em setores estratégicos como prioritários, a redução dos tributos (em particular, os impostos indiretos), a diminuição do serviço da dívida — por meio de cortes na taxa de juros —, o controle da inflação e a adoção de medidas para evitar a valorização do real.

Elevar o nível de consistência na condução da política econômica é essencial para permitir que o Brasil enfrente de maneira adequada os complexos problemas socioeconômicos, políticos e ambientais decorrentes dos efeitos colaterais, que ainda persistem, da crise financeira e econômica mundial.